



**As Pérolas do Novo no Passado Escovado:
Intuições Gerais acerca de uma Possível Teoria da História em Hannah Arendt**

Diego Avelino de Moraes Carvalho¹

Resumo: É possível traçarmos uma Teoria da História e da Historiografia no escopo da obra/pensamento de Hannah Arendt? Se sim, e admitindo a possível confluência no campo das ciências sociais – especialmente entre a Hermenêutica e Ciência da História que subjaz seu trabalho intelectual – qual seria a característica distintiva de sua abordagem? Esse artigo tem como objetivo apresentar certas intuições sobre o que seria um “método arendtiano” passível de ser concebido como uma Teoria da História/Historiografia, sobretudo, no âmbito das discussões mais atuais que se faz do ofício, usos e práticas da História (concebida enquanto “ciência-discurso”).

Palavras-Chave: Hannah Arendt, Teoria da História, Historiografia.

**The Pearls of the New in the Brushed Past:
General Intuition about a Possible Theory of History in Hannah Arendt**

Abstract: Is it possible to trace a Theory of History and Historiography within the scope of Hannah Arendt's work/thought? If so, and assuming the possible confluence in the field of social science – especially between the Hermeneutics and Science of History that underlies its intellectual work – what would be the distinguishing feature of its approach? This article aims to present certain intuitions about what would be an “Arendtian method” that can be conceived as a Theory of History Historiography, especially in the context of the most current discussions about the craft, uses and practices of History (conceived as “science-speech”).

Keywords: Hannah Arendt, Theory of History, Historiography.

Desde que o passado cessou de lançar luzes sobre o futuro, a mente humana vagueia na obscuridade.

Aléxis de Tocqueville

No campo da teoria da História e da Historiografia, o desvelamento de novos temas e abordagens engendradas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, nos permitiu trafegar de modo trôpego no rio caudaloso de determinadas categorias conceituais e metodológicas. Saímos do binômio marxismo *versus* positivismo para adentrarmos em novas

¹ Pós-Doutor e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Professor Efetivo do (IFG) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGH/Campus Goiânia). Vice-Líder do Núcleo de Pesquisas NUPEFIL e membro do NECULT, ambos, Núcleos de Pesquisa ligados à Filosofia e aos Estudos Culturais no IFGs (Campus Goiânia e Anápolis).



compreensões acerca do ofício do historiador e, por consequência, daqueles que se desdobram nos estudos das humanidades, de modo geral. O historiador, em destaque especial, passou a considerar os elementos discursivos do texto historiográfico; dialogou com a literatura e a psicanálise, reconsiderou a importância das micro-história e das oralidades, e fez da memória uma reconstrução, e não um estatuto de “validação inquiritorial”. Enfim, se aproximou mais do “filósofo”, pensado enquanto aquele que “amigo (*philos*)”, confronta o saber (*sophia*), não no sentido de negação, mas de apropriação, imersão. É a dialética que sai do dicionário marxista padrão e retoma seu significado helênico mais profundo, cabendo ao historiador fazer de seu ofício a materialização deste “recobrar-confrontar-compreender”.

Neste intercurso, diversos teóricos surgem aproximando História e Filosofia, não no sentido exato de se operar uma história da filosofia ou uma filosofia da história, tão somente. Antes, de se apropriar das condições constituintes de cada campo, e empreender uma abordagem multifocal, conquanto rigorosa, estrutural porém não linear. Tratou-se de conceber que os estudos históricos demandam de uma dose de filosoficidade no sentido de direcionar perguntas sensíveis ao evento; sobre quais desdobramentos estes podem trazer em potência; ou o que os difere para tantos outros em grau de singularidade.

Da filosofia em seu grau de *epoché*, se pôs continuamente a própria condição da História enquanto discurso-ciência a repensar continuamente seus estatutos epistemológicos. Na mesma proporção, o campo da filosofia passou a operar em suas instâncias reflexivas não mais divorciando de uma suposta atemporalidade intrínseca dos conceitos. Recobrar a dimensão histórica de um conceito em crise significa estabelecer um duto de compreensão significativo acerca de sua natureza e gênese constitutiva.

Dessa forma, o ulterior divórcio entre História e Filosofia se dilui e dá cor a uma necessária retomada de confluência. Quando um filósofo se põe a pensar um problema, isso supõe colocar em suspenso um juízo sobre um conceito – o que equivale a dizer que o que se põe em xeque é o próprio significado deste. Assim, o que se opera nesta nova “metabolização epistemológica”, trata-se de operar uma semântica dos conceitos históricos (uma vez que estes não se tratam de entidades a-históricas, mas sempre “postas no tempo”), buscando assim a constituição linguística de experiências do tempo na realidade passada.

Assim, a chamada Ciência Histórica volta-se para o problema da experiência histórica,



contemplando suas distintas ontologias sociais do tempo, nos possibilitando - ao mesmo turno - indicar e informar as tensões existenciais relativas à própria finitude do homem. Assim posto, voltar-se compreensivamente para estes “elementos existências”, subjacentes ao processo histórico, permitiria a História em si – enquanto ciência – chegar a entender os conflitos políticos e sociais, as nervuras do real expressos, desde a esfera macro aos eventos cotidianos, que caracterizam os diversos períodos históricos.

Posto isto de forma introdutória – e considerando o pensamento de Hannah Arendt como núcleo desta proposição –, a pergunta inicial deste trabalho se direciona para tentarmos responder qual seria, portanto, a importância do legado de Hannah Arendt para o campo das ciências sociais, especialmente na confluência entre hermenêutica e Ciência da História? Ou de modo mais sucinto: onde se situa – ou em qual medida se faz – a relevância do pensamento arendtiano no campo da teoria da história/historiografia contemporânea? É possível concebermos uma esfera metodológica que o qualifique enquanto uma teoria em si?

Não obstante, ao termos a pretensão de responder e procurar fundamentar essas questões, corremos o risco de limitar o pensamento de Arendt a uma esfera interpretativa única, transformando-a naquilo que mais distante se operava de sua biografia intelectual: os rótulos. Ainda, reduzir/classificar esforços interpretativos em polarizações e partidarismos, corre-se o risco de subtrair o que se encontra de mais sublime na obra de Arendt: a liberdade, seja enquanto conceito político ou atitude epistemológica.

O pensamento de Hannah Arendt se estende no horizonte como uma nova forma de se conceber a reflexão e exegese filosófica, a análise histórica, a hermenêutica literária e o exame filológico, buscando “colher” as diversas variantes antropológicas que tal empreendimento desdobra. Gera, assim, – noutra perspectiva – não somente uma ressignificação singular destes campos epistemológicos; antes, diluí as fronteiras do conhecimento, colocando o objeto sob uma abordagem/suspeita ao mesmo tempo multifocal, embora predominantemente transdisciplinar.

Como exemplo, ao Arendt empreender o exame da ação no transcurso das histórias humanas, não se restringe para tanto [embora de forma relativamente original] a uma única corrente interpretativa. Divorcia-se de qualquer linearidade nos acontecimentos, conquanto opera uma cronologia necessária para vislumbrarmos as transliterações [distorções?] do



conceito ao longo das temporalidades. Afasta-se, na mesma medida, de um determinismo histórico que possa conferir um sentido óbvio para as ações humanas. Importa ainda nestes intercursos, o diálogo que sempre estabelece com a tradição filosófica e literária. Muitas vezes, não para tomá-la em sua dinâmica de exemplaridade (HARTOG, 2013); mas antes, para se buscar um confronto que se faz necessário. Continuamente, tais tradições são postas nas análises arendtianas em condições de suspensão e suspeição, embora colha deste esforço crítico aquilo que considera útil, dispensando a seu turno o que julga anacrônico ou infundado, sem jamais aceitar um autor ou tradição em sua totalidade.

Embora críticos como Isaiah Berlin – que nutria profunda e pública antipatia por Arendt – acusassem-na de fazer uma pejorativa segunda história da filosofia (“entre aquilo que foi e o que Arendt pensava ser”), salta aos olhos de qualquer leitor a originalidade de suas interpretações e abordagens das obras de Kafka e Brecht, Platão, Agostinho e Kant. Há em Arendt um esforço contínuo tanto de aproximar quanto evidenciar as latitudes intelectuais opostas de cada um. O contraste e ao mesmo tempo o esforço de confluência aponta uma característica importante: rejeitar o “totalizante” e abarcar as possíveis “sínteses” e “níveis” dentro de cada autor/teoria que se desvela necessária para se refletir sobre um dado problema.

A insígnia do pensamento arendtiano sempre esteve circunscrita ao domínio do novo. Não é incomum vermos em sua obra recorrência a expressões que expressam este *locus*, seja expressando o fenômeno da natalidade, seja atentando-se para eventos extraordinários e de efeitos políticos de nossa época. Dessa forma, aparecem sentenças tais quais: “a luz de nossos mais recentes temores” ou “de nossas novas experiências”, seja logo no início da obra *A Condição Humana* (2005) – ao tratar das emergências do mundo pós-guerra – seja na análise que faz anteriormente do fenômeno totalitário em *As Origens do Totalitarismo*, resultando este na própria criação do polêmico conceito de radicalidade do mal e, posteriormente, “*Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal*” (1999).

Embora como consta em suas biografias – notadamente a de Elizabeth Young-Bruehl, intitulada “*Hannah Arendt: Por Amor ao Mundo*” (1987) – havia a auto-recusa ao posto de filósofa, conquanto a fosse por força de sua formação acadêmica. Entretanto, vemos em Arendt – justamente ao não se prender à Filosofia – uma constante recorrência a ela por entender que em si subjaz o sentido de nossa condição no mundo: a de criar o novo e promover cesuras



necessárias ao “já estabelecido”. Aqui obviamente cabe a Filosofia mais em seu sentido geral do que propriamente profissional, ou acadêmico, melhor a localizando. Assim sendo, se faz a Filosofia enquanto uma modalidade complexa, discursiva e continuamente (re)elaborada – a partir de escolas e tradições – da faculdade do pensar, ou em sentido geral: a de se posicionar criticamente, de forma radical e rigorosa frente às perplexidades de nossos tempos.

Do ponto de vista da abordagem filológica – que nela aparece como uma espécie de “História dos Conceitos” – Hannah Arendt busca através de um mapeamento da gênese sociolinguística de determinados conceitos suas cadeias de significações. Dessa forma, nos permite, assim, entrever nas instâncias que operam suas de mudanças no curso dos tempos; nas dinâmicas discursivas de cada época ou sociedade. Neste esforço – e noutro vetor instrumental – Arendt procurava demonstrar a forma como que o uso de certos conceitos, suas degenerações interpretativas, bem como suas transliterações turvas, podem representar dificuldades ao se tentar compreender certas modalidades da condição humana, tal qual fez – como exemplo – ao operar a distinção entre trabalho e fabricação, na mesma medida em que perscrutou o próprio conceito de ação e suas variações e fundamentações sociolinguísticas.

Mas é, sobretudo, a partir do instrumento da história, que o método de Arendt [se assim podemos nos expressar] ganha os seus contornos mais originais. Embora não tenha se ligado diretamente a nenhuma corrente hermenêutica, vê-se em Arendt uma simpatia pelo método benjaminiano, de se “escovar a história a contra-pêlo” e de “coletar as pérolas” dos eventos históricos. Inspirada nas proposições historiográficas levantadas por Walter Benjamin, sobretudo aquelas contidas em “Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política” (1985) Arendt defende que o historiador deve ficar atento à novidade, uma vez que esta, no momento de sua “aparição” à humanidade, desvela o que anteriormente estava sombreado aos olhares humano: o passado. Para Hannah Arendt (2002, p. 49-50):

O novo é o domínio do historiador que, ao contrário do cientista natural preocupado com os acontecimentos sempre recorrentes, lida com eventos que sempre ocorrem somente uma vez. O que o evento iluminador revela é um começo no passado que até então estivera oculto; aos olhos do historiador, o evento iluminador só pode aparecer como um final para esse recém-descoberto início. Só quando, na história futura, um novo evento ocorre, é que esse “final” irá revelar-se como um início aos olhos dos futuros historiadores. E os olhos do historiador representam somente o olhar cientificamente treinado da compreensão humana; só podemos *compreende* um evento como o final e a culminação de tudo o que aconteceu antes, como ‘preenchimento dos tempos’; somente é que cabalmente avançamos com relação ao conjunto transformado de circunstâncias que o evento criou, isto é, tratamos esse



evento como um começo.

Ao lançar um olhar sobre o passado, Hannah Arendt buscou identificar os eventos que marcaram a vida dos homens sobre a terra. Numa tentativa de ofertar sentido aos fatos, Arendt procurou, teoricamente, redefinir caminhos e identificar as rupturas, sem acrisolar a história numa linearidade determinista, sem que um evento possa se seguir necessariamente do outro. A história enquanto meta-narrativa, se caracteriza em Arendt enquanto um diálogo entre o pensador e os fenômenos originários de cada época, para além de estruturas de natureza teleológica. Neste sentido, o “fazer história” se traduz pelo perscrutar o “novo”, refletindo sobre suas instâncias ontológicas, e não simplesmente alocar o presente numa cadeia de causalidades deterministas, como sugeriria as filosofias da história que a precederam. De acordo com Teles (2001, p. 3):

Na concepção de Arendt a história deixa de ser uma sucessão de eventos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o *continuum* histórico. Para a autora o que importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente. A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas políticas derrotadas ou minoritárias. O presente não esquece, nem domestica o passado.

A história para Arendt é empresa que confere sentido ao passado, compreendendo as ações humanas, sem se ocuparem de encontrar causalidades ou determinismos, projetando sempre o olhar sobre o novo. Dito de outra forma, aquela trataria de ser sempre uma tentativa de compreender os desdobramentos das ações humanas. Inspirada também num ideal homérico de salvar os feitos da vala do esquecimento, de “preservar aquilo que deve sua existência aos homens para que o tempo não o oblitere” (ARENDR, 1997a, p. 70). A filósofa busca atingir com o estudo histórico a gênese dos acontecimentos decisivos que marcaram épocas, redefiniram conceitos e imprimiram nas culturas os comportamentos estanques ou a perspectiva de um mundo onde tudo se justifica.

Sua tentativa é de (re) pensar os eventos sob o prisma da imparcialidade, que não visa, naturalmente, tomar o lado de uma narrativa pelos oprimidos e nem pelos opressores, de vencedores ou perdedores. Quando sua inspiração homérica fala mais alto, isto não se refere a elevar o herói à condição de vencedor, mas antes, de reconhecer em seus feitos a condição de imortalidade, preservando os seus atos e palavras do esquecimento. A história tem, portanto, a



função de salvar os feitos humanos, que em oposição ao ciclo biológico do homem de nascimento e morte, confere-lhes um caráter de imortalidade. O herói dentro da narrativa, não se trata de uma classe social ou de uma personalidade específica, antes, se refere a qualquer homem, a qualquer grupo que mantenham o interesse pelo mundo comum, e que buscam preservá-lo por ser este o espaço que permite o seu desvelamento. É especificamente este tipo de ente e localidade que Arendt buscará identificar ao longo da história: trata-se de identificar quem são os atores, autores e onde suas ações se arrolam.

Ao direcionar os olhos para o passado, Arendt não pretende identificar vencedores, nem traçar caminhos retilíneos e invariáveis; importa, antes, salvar os fenômenos do esquecimento, e identificar quem foram os autores/atores/circunstâncias que operaram em pouca continuidade e em muitas rupturas. De acordo com Teles (2001, p. 2), a história para Arendt “desempenhava o papel de imitadora da ação, realizando a reconciliação do homem com a realidade por meio das lágrimas da recordação, fruto da catarse, quando ator, autor e espectador são uma mesma pessoa”. O desenrolar da história se conflui com a ação, uma vez que os homens, dada a sua intrínseca liberdade de agirem e iniciarem coisas novas, imprimem múltiplos caminhos para os acontecimentos.

As histórias humanas são, portanto, produto do engajamento intersubjetivo dos homens, dos quais, enquanto atores a constroem, mas sem, paradoxalmente, serem os seus autores. São afetados, influenciados por elas desde o instante em que aportaram no mundo e continuam, por serem um *initium*, a afetar o seu curso, gerando novas histórias. Cada história pode ser registrada pelos homens, nos diversos tipos de recursos que se dispõe para tanto, numa tentativa de perdurarem seus feitos para que possam ser vistos e apreciados pela posteridade e por eles mesmos. O sujeito pode emergir, portanto, como aquele que através dos recursos materiais pode registrar a história, mas jamais podendo emergir como um autor, um produtor dos acontecimentos. É antes, um ator, na medida em que atua no mundo pelas suas palavras e ações. Dito de outra forma, as histórias humanas, enquanto “resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é um autor nem produtor” (ARENDR, 2005, p. 197).

A ideia de um ator e não uma autor ou produtor na concepção de Arendt, indica mais uma vez, uma ruptura com a tradição e em especial a marxista, uma vez que esta tradição vê a história como uma constante luta de classes, da qual os conflitos e as (re)hierarquizações ou



surgimento de novas classes consequentes do processo dialéticos. Neste cenário da constituição de classes, o indivíduo opera em um processo competitivo conflituoso em busca das condições materiais de existência. Nesta concepção, o indivíduo diluído na massa, ou no seio de uma classe social, intervém nos processos históricos como operadores de resistência e confronto, sendo que suas motivações são sempre determinadas por condições materiais adversas a que padecem.

Em Arendt, o ator não é um produtor da história nas várias acepções do termo *producere*, não é um produtor no sentido de feitura da história, como também não é um ser que só possui história viva numa determinação material, como no viés marxista. No campo da determinação histórica pelo materialismo marxista, a tese fundamental é a de que o único sujeito da história é a sociedade na sua estrutura econômica. O único elemento determinante da história, e, por isso, também o único elemento que se autodetermina é a estrutura econômica da mesma sociedade.

Desse modo, só a estrutura econômica desta tem ou produz, propriamente, a história. Portanto, quem impulsiona o surgimento da história é a relação entre as forças produtivas e as relações de produção: as relações de propriedade. A história, de acordo com Marx, seria o artífice que (des)engrenaria todas as relações que encadeiam o homem e a sociedade à natureza, bem como todas as relações que ligam à formação e a transformação dos modos de produção à constituição e transformação das formações sociais, da consciência social, do Estado e das formas ideárias que correspondem a este.

Mais uma vez, como mencionado, há uma ruptura com os postulados marxistas, pois Arendt se mostra radicalmente contra qualquer noção de que a história é somente uma determinação material e, muito menos, de que o homem relegado à mera condição de produtor das condições de sobrevivência seja, por isso mesmo, o produtor de toda a história. Destarte, para Arendt (2005, p. 197), o agente participa da história, mas não é dele a autoria; é antes alguém que “a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é o seu autor”.

Arendt (2005) afirma que uma das maiores dificuldades em se compreender a história não se deve ao fato de a concebermos com um todo, mas sim, de compreendermos que o seu sujeito nada mais é do que uma abstração, nesse caso, uma abstração chamada humanidade que



jamais pode se constituir enquanto um sujeito ativo, no sentido de produtores diretos da história:

A perplexidade é que em qualquer série de eventos que, no conjunto, compõe uma história com significado único, podemos quando muito, isolar o agente que imprimiu o movimento ao processo; e embora esse agente seja muitas vezes o sujeito, o 'herói' da história, nunca podemos apontá-lo inequivocamente como o autor do resultado final (ARENDRT, 2005, p. 197).

Para entendermos a base de justificação deste conceito de agente na história, mais uma vez temos que nos reportar ao mundo grego, e ao que estes compreendiam por herói, visto que é este termo que Arendt utilizará para designar o agente enquanto autor na história. Este herói não é, entretanto, tão somente aquela figura arquetípica que reúne em si os atributos necessários para superar de forma excepcional um determinado problema de dimensão épica, é também aquele que participa – por sua singularidade expressa nos seus feitos e palavras e glórias – de toda uma história real. Não é aquele tipo de herói marcado por superpoderes além das capacidades humanas gerais, é, antes, aquele indivíduo que Homero designa por qualquer homem livre que teria tido uma vida significativa a ponto de terem os seus feitos marcados e possíveis de serem narrados para as gerações. Segundo Arendt (2005, p. 198-199):

A história real, em que nos engajamos durante toda a vida, não tem criador visível nem invisível porque não é criada. O único 'alguém' que ela revela é o seu herói; e ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente intangível de um 'quem' singularmente diferente pode tornar-se tangível *ex post facto* através da ação e do discurso.

Dessa forma, Arendt procurou localizar em cada fenômeno ou evento histórico, os contextos e agentes (ou atores) que operaram na transformação da realidade, instaurando novidades durante o seu transcurso. O foco de Arendt, portanto, foi o de mapear as situações em que o “novo” se manifestava. Esta função de diagnóstico [tão bem executado por Arendt] competia ao historiador, que, de sua parte, ao perscrutar os eventos, ofertava os vagidos da política, no instante em que ela se manifestava no curso dos acontecimentos. Ao se voltar para a compreensão da ação política, Arendt estava certa de que somente o retorno ao passado poderia garantir a recuperação dos fragmentos políticos, não numa tentativa de resgatá-los numa forma recente de constituição estatal, mas antes, de compreender como se deu certas rupturas e diluições, assim como também, recuperar certos conceitos que podem se sintetizar – em termos hegelianos – em novas formas de se conceber a política e o espaço público. Trata-se de um experimento do pensamento, um exercício da reflexão sobre os eventos que circundam o presente. Segundo Teles (2001, p. 3):



Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos a memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. A reflexão a que almeja o conceito de história proposto por Hannah Arendt consiste em um duplo movimento de resgate: por um lado, recupera os acontecimentos e fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro lado, a partir desse sentido recuperado da história, elabora os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos.

Narrar a história torna-se a única forma da ação permanecer na memória dos homens e dos feitos e palavras humanas adquirirem dignidade por parte do pensamento. O *storyteller* deve apresentar os dilemas e paradoxos inerentes aos acontecimentos e aos choques de interesses humanos, levando-nos a tomar posição por nossa própria conta, isto é, o narrador deve nos convidar a penetrar nas várias facetas de um acontecimento, deixando as pessoas livres para adotarem a posição que lhes apetece. Nesse ponto, é compreensível a atitude de Arendt de jamais se fixar uma posição rígida de interpretação política, se afastando e mantendo uma postura crítica frente aos marxismos, liberalismos, conservadorismo (e outros “ismos”). Nesse horizonte transinterpretativo, Arendt trafega na esfera do pensamento benjaminiano, ao dizer que a tarefa dos historiadores (e, também, dos romancistas) é, de fato, o de “pescar pérolas”, uma vez que estes têm a missão de perscrutar os fenômenos, apanhando os estilhaços do passado, moídos com a quebra do vínculo da tradição, lançando luzes sobre os eventos do presente.

Em célebre epígrafe de “As Origens do Totalitarismo”, Arendt cita Karl Jaspers ao dizer “*weder dem vergangenen anheimfallen noch dem zukunfftigen. Es kommi darauf ein ganz gegenwartig zu sein*”². Em outras palavras, trata-se em atentar-se para o passado buscando suas quebras e descontinuidades, sem almejar um retorno idealizado a um tempo que não mais materializa. Na mesma medida, trata-se de lançar o olhar para o futuro “em perspectiva”, jamais em determinismos. Por fim – ou enquanto resultante – conferir maior atenção ao presente e à dimensão que este acarreta: o da premente novidade. Nas palavras de Arendt (1989, p.13):

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-

² Tradução livre: “nem o passado nem o futuro. Tudo se resume a estar bastante presente”.



lo peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblivio de um futuro melhor, são vãos.

Ao buscar compreender, conferir sentido, escavar os acontecimentos e extrair as pérolas do passado, sobretudo nos eventos que contribuíram para formação do conceito de política, bem como para o seu redimensionamento – neste caso, seu principal locus de pesquisa. Como exemplo, temos a tomada da antiguidade greco-romana como recorte temporal, no qual a mesma busca perscrutar o conceito de política, assim com os seus desdobramentos, subjacentes a estes períodos, extraíndo o que julga necessário nesse processo de compreensão do passado.

Assim sendo, Hannah Arendt se faz de *storyteller*, rejeitando as posições que buscam reduzir os fenômenos a um modelo fundacional, a um critério único de interpretação. Seu objetivo é procurar compreender os redimensionamentos da ação política ao longo das eras, sem se apoiar numa forma unilateral de interpretação. Ao contrário do que se afirma comumente, Arendt não possui, como posto, um desejo de “volta do passado”, numa nostalgia pueril, ao identificar nestas civilizações uma expressão originária do fenômeno político. Ao lançar os olhos sobre estas duas grandes civilizações, o objetivo de Arendt é localizar os fundamentos filosóficos, existenciais e contextuais para o conceito de política.

Ao pensar numa dignidade para a política ou mesmo para analisar o presente, Arendt não se ocupa de resgatar o conceito originário com vistas a uma aplicação literal na contemporaneidade, antes, busca identificar as lacunas existentes entre o passado e o presente, identificando os ocasos, as alienações e inversões antropológicas. Se Arendt ocupa de repensar a política contemporânea e afirmar que esta carece de liberdade, não pensa com isto resgatar a *pólis* no seu sentido histórico originário e contextualizado. Quando afirma a crise da autoridade no curso das histórias humanas, também não propõe que se retome o senado romano e se releve a tradição e a religião como pilares de sustentação de uma cultura.

O que Arendt objetivou, tanto em “A Condição Humana” (2005), quanto nos diversos textos que se seguiram, foi o de (re)pensar o sentido das experiências políticas genuínas e originárias, tais como a *pólis* e a *res pública* romana, e que segundo Arendt, a tradição filosófica teria relegado-as à vala do esquecimento. Ao empreender um desenvolvimento original acerca



dos conceito de liberdade, ação e espaço público, Arendt nos lega uma proposta completamente inclassificável, oscilando entre determinações tanto democráticas quanto republicanas, sem contudo se restringir a uma destas variantes. Nesse esforço de se retomar ao passado, Arendt não propunha uma (re)aplicação das formas de políticas de modo a ser repetido no presente, sanando os diversos problemas que se encontram no mundo público contemporâneo. Não se tratava, também, de localizar experiências já conhecidas, mas antes, de se identificar experiência novas e que não passaram pelo vício ou deturpação da tradição político filosófica.

Metaforicamente, Arendt buscava um “pescar de pérolas” e não um contentamento com uma ostra já datada. Nesta busca pelo “novo no passado”, Arendt busca localizar um conjunto de experiências políticas voltadas para a efetivação genuína da política: a constituição de espaços públicos voltados para a felicidade pública e par ao prazer advindo da ação e do discurso, gerando a imortalidade dos homens sobre a terra; sendo que estas experiências (de acordo com seus desdobramentos), tanto iluminou como obscureceu as diversas formas de manifestação políticas da modernidade e de nossos dias atuais.

Nesse “retorno ao passado”, Arendt localizará também perspectivas novas frente às análise de interpretação para o conceito de alienação, pautando em toda uma forte tradição tecno-científica-filosófica, as bases para o diluição do interesse pelo mundo comum. Com o mesmo vigor, lançará os seus olhos para experiências revolucionárias da modernidade tardia, projetando nestas, sobretudo, na revolução americana, a bússola para nortear uma nova concepção de política. Concepção esta que não se abstém, em níveis essenciais, daquilo que o passado positivamente nos legou [a experiência da liberdade no espaço público], na mesma medida que se direciona e desdobra nas tentativas populares de se restabelecer novas formas de participações coletivas (como o caso dos conselhos), procurando envolver todos os cidadãos no exercício político.

O legado de Hannah Arendt para nossa contemporaneidade se presta ao nos dizer que a política ainda é possível, pois ao homem o que lhe configura essencialmente é justamente a capacidade trazer o novo ao mundo. Há uma mensagem sombria, sem dúvida, ao se diagnosticar o ocaso político e a petrificação do homem moderno frente às coisas públicas que conclamam a sua participação efetiva. Na mesma medida, há uma mensagem de esperança, ao nos dizer que embora a história não seja cíclica ou determinante, há experiências que merecem ser



(re)interpretadas, ou pérolas que podem ser pescada no mar das histórias humanas, de modo que estas experiências nos sirvam de lição ou ao menos nos ofereça elementos que possamos aglutinar e contextualizar com nosso presente.

Partindo da premissa que não há limites para ação humana, a história não poderia ser traçada sem que houvesse desvios em seu percurso, sem que ela não tivesse que jamais se reescrita; a história nos lega tradições e rupturas, experiências positivas e dolorosas, interpretações estanques ou originais, compete a nós, livres de qualquer sectarismo, partidarismo ou unicidade interpretativa lançarmos o olhar para o passado, contemplar o presente, agir e construir vários futuros. De acordo com Arendt (1997, p. 31):

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.

Há, sem sombra de dúvidas em Arendt um esforço por fazer da História uma “indústria do testamento” capaz de salvaguardar a memória dos lapsos do esquecimento tardio ou impetrado, sem que com isso opere em uma narrativa sectária ou “acabada em-si”. O que estamos fazendo? Esta pergunta orientou o pensamento de Arendt logo na introdução de sua obra “A Condição Humana” (2005). “O que vamos fazer?” Esta pergunta talvez oriente agora o que queremos para o nosso futuro. Se a História nos permite de forma fosca lançar luz sobre o passado/presente, o que de fato podemos fazer de nosso presente futuro?

Em paráfrase, se não podemos voltar atrás e fazer um novo começo, o que seria exatamente este novo fim orientado pelas reflexões do hoje? Eis o desafio intelectual que uma concepção de História em Arendt se presta: o que somos capazes de compreender do que se foi para a abraçar sem os mesmos erros aquilo que se desvela no devir imprevisível do depois do agora: o futuro? A história ensina e a ação liberta.

Referências

- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARENDR, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997a.



- ARENDDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas. Volume I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, Diego. **O conceito de ação no pensamento filosófico e político de Hannah Arendt**. 2009. 186f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em:
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/773/1/dissertacao%20diego%20a%20moraes%20etica%20e%20filosofia%20politica.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- TELES, Edson Luis de Almeida. Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos. **Revista Urutágua**, Maringá, Ano I, n. 3, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/03teles.htm>>. Acesso em: 3 mai. 2017.
- YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt: por amor ao mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1987.